

O SER HUMANO COMO UM SER CRIATIVO: a atividade humana no mundo

THE HUMAN BEING AS A CREATIVE BEING: human activity in the world

EL SER HUMANO COMO UN SER CREATIVO: la actividad humana en el mundo

Renato Alves de Oliveira *

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Teologia Prática.
Belo Horizonte, MG, Brasil.
E-mail: praobh@yahoo.com.br
ORCID: [0000-0003-0154-3448](https://orcid.org/0000-0003-0154-3448)

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de tratar da dimensão criativa do ser humano, através de sua atividade no mundo. A metodologia visa primeiramente abordar a atividade humana na Escritura, demonstrando que a atividade do ser humano é uma extensão da atividade de Deus. Depois, reflete sobre a atividade humana na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II a qual mostra que é Deus criador e o ser humano cocriador de modo que, através da atividade humana, Deus continua agindo no mundo. Em seguida, trata da dimensão antropológica e teológica do trabalho. Através do trabalho, o ser humano se perfeição e a transforma a sociedade. A trabalho possui uma dimensão objetiva e subjetiva. Na sua dimensão teológica, o trabalho humano é uma forma de Deus continuar manifestando sua presença no mundo. O percurso metodológico é feito em diálogo com teólogos e com documentos da Igreja Católica que refletem sobre o tema. O artigo apresenta como conclusão, que independentemente do tipo e da forma de trabalho, ele sempre é uma fonte de transformação pessoal, social e cósmica.

Palavras-chave: Deus, Criação, Ser humano, Criatividade, Trabalho.

ABSTRACT

This article examines the creative dimension of human beings through their activity in the world. First of all, the methodology examines human activity in the Scriptures, demonstrating that it is an extension of God's activity. It then reflects on human activity in the Pastoral Constitution Gaudium et Spes of the Second Vatican Council that shows God as the creator and human beings as co-creators. It is therefore through human activity that God continues to act in the world. After that, it explores the anthropological and theological dimension of work. Through work, human beings improve themselves and transform society. Work itself has an objective and subjective

* Doutorado em teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Mestrado em teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Graduação em filosofia e em teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

dimension. In its theological dimension, it is through human work that God continues to be present in the world. The methodological approach is based on a dialogue with several theologians as well as on documents of the Catholic Church reflecting on the subject. The article concludes that regardless of the type and form of work, it is always a source of personal, social and cosmic transformation.

Keywords: God; Creation; Human Being; Creativity; Work.

RESUMEN

Este artículo tiene el objetivo de tratar de la dimensión creativa del ser humano, a través de su actividad en el mundo. La metodología apunta principalmente a abordar la actividad humana en las Escrituras, demostrando que la actividad del ser humano es una extensión de la actividad de Dios. Después, reflexiona sobre la actividad humana en la Constitución Pastoral Gaudium et Spes del Concilio Vaticano II, la cual muestra que Dios es creador y el ser humano es cocreador de modo que, a través de la actividad humana, Dios continúa actuando en el mundo. En seguida, trata de la dimensión antropológica y teológica del trabajo. A través del trabajo, el ser humano se perfecciona y transforma la sociedad. El trabajo tiene una dimensión objetiva y subjetiva. En su dimensión teológica, el trabajo humano es una forma de Dios continuar manifestando su presencia en el mundo. El camino metodológico es realizado en diálogo con teólogos y con documentos de la Iglesia Católica que reflexionan sobre el tema. El artículo presenta como conclusión, que independientemente del tipo y de la forma de trabajo, él siempre es una fuente de transformación personal, social y cósmica.

Palabras clave: Salmo 8; Hijo del Hombre; Leviatán; targum; escatología.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano age no mundo com o escopo de transformá-lo. O ser humano não é uma grandeza que repousa passivamente sobre o mundo. Sua presença no mundo não se reduz a um mero “estar aí”. Ele não goza de uma presença puramente física e contemplativa do mundo. Sua presença no mundo é geradora de transformação e de emancipação da realidade. É um sujeito que transforma a realidade e a adequa às suas necessidades. A atividade humana no mundo visa transformar a realidade de forma qualitativa e quantitativa. A forma qualitativa consiste na humanização e na elevação ontológica da realidade. A quantitativa se refere à sua expansão técnica, à produção de conhecimento e à geração de produtos.

A atividade humana no mundo é uma fonte geradora de trabalho. Através do trabalho, o ser humano exerce sua criatividade e suas habilidades. O mundo é terreno no qual o ser humano manifesta sua liberdade criativa. A atividade criativa de Deus se prolonga e se manifesta na ação criativa do ser humano do mundo. Deus não criou o mundo como uma realidade pronta e concluída. Deus cria e deixa espaço para a ação da criatividade do ser humano. A criação é uma realidade contínua e processual. Deus é o criador e o ser humano é o cocriador. Toda atividade humana, que é produtora de humanização,

transformação e emancipação pessoal, social e cósmica, goza da inspiração e da realização de Deus pela mediação antropológica.

O trabalho, que consiste no exercício da atividade humana no mundo, visa transfigurar a realidade. O trabalho possui uma dimensão objetiva e subjetiva. Em sua dimensão objetiva, através do trabalho, o ser humano age no mundo e o transforma. Trata-se da execução da criatividade e da habilidade do ser humano. Consiste naquilo que é produzido e desenvolvido. A dimensão objetiva trata-se da mão-de-obra que é vendida. Em seu aspecto subjetivo, o trabalho possui uma dimensão moral. O trabalho dignifica e humaniza o ser humano. Através do trabalho, o ser humano se aperfeiçoa e eleva moralmente. O trabalho é fonte de valorização e personalização do ser humano.

Este artigo, com o intento de abordar a dimensão criativa do ser humano no mundo, abordará, primeiramente, a atividade humana na Escritura. Depois, tratará da atividade humana na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II. Em seguida, refletirá sobre o aspecto antropológico e teológico do trabalho.

2 A ATIVIDADE HUMANA NA ESCRITURA

Os relatos de criação do ser humano acenavam para a dinamicidade da atividade humana nas Escrituras. O ser humano não se posiciona diante da criação como um ser estático, observador e contemplador. A criação é um espaço de interatividade e de exercício da criatividade humana. A instalação do ser humano na criação não é passiva, como um mero “estar aí”, mas transformante, ativa, geradora de trabalho. Não é uma presença puramente física e material, ocupando lugar na criação, mas atuante. O trabalho humano não é uma pena a ser cumprida em decorrência de uma culpa, mas um encargo divino e um reconhecimento da conatural afinidade do homem e a terra. O trabalho não constitui, pois, em um fato acessório e nem uma maldição vinda do céu, mas consiste numa bênção primordial do criador, uma atividade que permite ao ser humano realizar-se e oferecer um serviço à sociedade. Na ótica do relato javista, a índole terrena de Adão se manifesta em sua origem, segundo a Bíblia de Jerusalém (1985) em Gênesis 2, 7, e em seu destino (Gênesis 3, 19, p. 36), e se exerce numa atividade sobre a *adamah*. O trabalho humano não é um castigo, nem um fardo a ser carregado, mas um exercício de cultivo e cuidado com a criação da qual o ser humano extrai os bens para sua subsistência. Pelo trabalho, o ser humano se assemelha a Deus que trabalhou durante seis dias, chamando a criação à existência. Contudo, depois do pecado de querer “ser como deus” (Gênesis 3, 5), há uma desconfiguração na relação

entre o ser humano e seu meio (Gênesis 3, 17-19, p. 35-36). Depois do pecado, as relações harmônicas entre o ser humano e seu meio sofrerão uma significativa degradação. O trabalho humano é afetado por um coeficiente penal. Porém, não há uma condenação do trabalho, mas do trabalhador que pecou, produzindo uma desarmonia na relação com sua atividade e o mundo.

Em Gênesis 2, 5 se diz que a tarefa do ser humano é cultivar o solo. Os verbos *abad* (hebraico) e *colere* (latim), que significam lavrar e cultivar, indicam que todo trabalho humano qualquer que seja consiste no cultivo e na preservação do espaço vital, confiado ao ser humano por seu criador. O trabalho aparece como a única finalidade do ser humano e que neste ponto ele não é visto em nenhum outro contexto do que aquele da criação. Em Gênesis 2, 15, o homem é colocado no jardim do Éden para cultivá-lo e guardá-lo. Neste contexto, o trabalho já é uma incumbência dirigida ao homem como criatura. Logo, depois de ter criado o ser humano e plantado o jardim, Deus leva o ser humano ao jardim para que ele o cultive e proteja.

Deve-se, portanto, excluir, de antemão, toda e qualquer exploração predatória do solo confiado ao homem e de todos os seus tesouros. Todo trabalho humano que visa apenas o produto, o lucro, sem levar em conta os cuidados com a conservação do solo, contraria a ordem de Deus (Westermann, 1980, p. 86-87).

O contexto do texto bíblico salienta que todo trabalho humano é a criação e a dádiva de Deus. Entregando os dons da criação ao ser humano, Deus está dando-lhe o seu cultivo e proteção. O trabalho é considerado parte essencial do ser humano de modo que uma vida sem trabalho não seria uma existência digna do ser humano (Wolff, 1975, p. 173-174). Através do trabalho, o ser humano se aperfeiçoa e se realiza. O trabalho possui uma dimensão moral e subjetiva. O ser humano, mediante o trabalho, se autocomunica. De modo análogo, Deus, ao trabalhar na semana criativa, se dá e se comunica. A criação é uma forma de autocomunicação de Deus.

A criação inteira, obra do trabalho de Deus, é a comunicação que Deus faz de sua própria bondade ao não-divino, ou seja, ao mundo. Por esta razão, o trabalho de Deus é uma manifestação de seu amor e uma comunicação do mesmo (Sierra, 2002, p. 115).

O texto do relato sacerdotal da criação (Gênesis 1, 1-2, 4^a) concebe a relação do ser humano com o mundo a partir da categoria imagem de Deus. Enquanto imagem de Deus, o ser humano goza de um domínio sobre a terra e os animais (Gênesis 1, 26.28). Porém, não se trata de um domínio despótico, totalitarista e tirânico, mas de uma relação de cuidado e

de zelo. Não é um domínio verticalizado e desumanizante, mas de uma relação que salvaguarda a dignidade da terra e dos animais. O versículo 28 sugere que o domínio da terra estaria em função da reprodução: “sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a” (Gênesis 1, 28). Dominar a terra significa cultivá-la, trabalhá-la e respeitar sua dignidade de criatura de Deus. Assim como o rei israelita preside a nação de Israel também o ser humano deve presidir a criação. O modelo de rei israelita é o que garante a ordem social e cósmica e que defende o direito dos frágeis como os órfãos e as viúvas.

O ser humano preside a criação e exerce um senhorio sobre ela por sua condição de imagem de Deus. Porém, o senhorio da criação que o ser humano exerce é de um vigário e representante de Deus. O ser humano não tem um senhorio absoluto e totalitarista sobre a criação, mas relativo e representativo. O senhorio único e absoluto sobre a criação pertence a Deus. O ser humano, por sua condição de imagem de Deus, é chamado a ser um gestor e um administrador da criação. O ser preside a criação como um porta-voz de Deus. É Deus o verdadeiro presidente da criação, porém o faz pela mediação de sua imagem, que é o ser humano. A terra habitada pelos israelitas é propriedade de Deus (Josué 22, 19; Salmos 85, 2; Jeremias 16, 18; Ezequiel 36, 5 etc.). Na verdade, toda a terra é propriedade de Deus (Levítico 25, 23; 1 Crônicas 29, 11; Salmo 24, 1 etc.).

Para os gregos, o trabalho manual era sinal de escravidão. Um homem livre não exercia trabalhos manuais. O que subsiste, nesta visão grega da atividade humana, é um motivo teológico: o mundo não é uma criação divina, mas fruto de uma manipulação de um semideus, ou seja, de um demiurgo. Deus não pode se rebaixar até a matéria. É indigno de Deus ocupar-se da matéria ou vir ao encontro dos mortais. Deus não se preocupa com os mortais. No mundo mesopotâmico, os seres humanos são criados pelos deuses a fim de executar os trabalhos deles, poupando-os do cansaço e da fadiga, permitindo-lhes desfrutar do ócio. O pano de fundo desta perspectiva é criar o ser humano com o intuito de escravizá-lo, possibilitando a ociosidade divina. As visões grega e mesopotâmica não são compatíveis com uma visão teológica da criação e do ser humano. A atividade humana não é uma forma de escravidão, mas de realização e dignificação.

Para a fé israelita, o trabalho não tem uma dimensão escravista, mas consiste num mandato de Deus para a salvação do ser humano, um presente divino para o ser humano, quem com seu trabalho serve a Deus e ao mesmo tempo a si mesmo se realiza pessoalmente (Auer, 1979, p. 427).

A atividade humana é um prolongamento da divina. A criação não é uma obra finalizada e acabada, mas uma realidade em processo. Caso fosse a criação fosse feita

concluída, o ser humano deveria apenas, passivamente, se lhe ajustar. Mas, Deus a criou deixando espaço para o ser humano exercer sua atividade livre e criadora. Com o trabalho, o ser humano aperfeiçoa a criação. O fato de o ser humano ser imagem de Deus significa que o Deus criador cria uma criatura cocriativa. O ser humano é cocriador. A criação é cocriação. A cocriação não é apenas uma atividade divina, mas também humana. É uma obra contínua e progressiva. A perfeição da criação não está no seu início, mas no seu fim. A criação possui um destino escatológico. O ser humano, “criado criador” (Gesché, 1991), é um colaborador com o escopo de conduzir a criação à consumação escatológica. Sem a cocriatividade humana, a criação seria um projeto fechado e confinado às suas origens. Mas um Deus criador só pode criar uma criatura criativa. O surgimento do ser humano pode ser comparado a uma segunda criação do mundo, na medida em que imprime um dinamismo, uma atividade e uma novidade na criação.

A atividade humana foi compreendida por Israel, a partir dos relatos da criação, como execução de uma sentença divina. Porém, o preceito do trabalho se localiza na perspectiva do repouso sabático. Atividade e descanso são duas realidades que estão mutuamente relacionadas. Em Deuteronômio 5, 12-15, o repouso sabático evoca a libertação da escravidão egípcia. O trabalho não é uma camuflada forma de escravidão, mas um livre exercício da atividade humana que contribui para a dignificação do ser humano e transformação da criação. A libertação conferida por Deus aos israelitas fez com que os mesmos conferissem à sua atividade o ritmo preciso na sucessão do trabalho e descanso. Outra leitura do mandato trabalho-descanso se localiza no contexto da teologia da criação (Êxodo 20, 8-11). O ser humano é chamado a fazer o mesmo percurso de Deus: trabalhar nos seis dias da semana e descansar no sétimo dia. O trabalho humano é um prolongamento do trabalho divino. O mundo é fruto da criação de Deus e da cocriação do ser humano. Uma realidade que procede da iniciativa criadora divina deve ser vista como um dom e não como imposição onerosa. A atividade humana deve ser exercida com a mesma atitude generosa que Deus demonstrou nos seis dias de sua obra. Uma terceira versão do binômio trabalho-descanso está em Êxodo 23, 12, cujo texto paralelo é Deuteronômio 5, 14. Trata-se de garantir o descanso sabático aos animais e aos desprotegidos (estrangeiro, escravo, etc.). O descanso sabático não se direciona a um grupo privilegiado, mas à totalidade da criação.

As três versões do mandato trabalho-descanso apontam na direção de um exercício livre e criativo da atividade humana que se encontra orientada para a celebração do sábado, enquanto salvação escatológica e plenitude da criação. O sábado impede que o ser humano seja reduzido à produtividade, a uma visão capitalista, mecanicista e lhe permite celebrar e

reconhecer os frutos de sua atividade. O sábado atua também como corretivo a todo intento humano de confundir os meios (a atividade) com os fins (a consumação salvífica). O repouso sabático recorda que as atividades divina e humana se orientam para a consumação escatológica da criação. O sábado evidencia, santifica e abençoa a criação.

Se atentarmos para as tradições da fé criacionista perceberemos que o sábado não é um dia de descanso após seis dias de trabalho, mas, inversamente, toda a obra da criação foi feita por causa do sábado. O sábado é festa da criação, da conclusão, da plenitude da criação e festa da redenção (Moltmann, 1993, p. 395-396).

A pregação profética enfatiza a consumação da criação como dom escatológico. A natureza também participará da plenitude escatológica (Isaías 35, 1-10). “A paz de Deus reestabelecerá o equilíbrio ecológico, a convivência familiar dos animais entre si e com o homem” (Isaías 11, 6-9). As descrições proféticas do *éschaton* não salientam um senhorio absoluto do ser humano sobre a criação. Como imagem de Deus, o ser humano preside a criação no sentido representativo e não próprio. Por isso, a consumação escatológica da criação não será uma conquista humana, embora exista a participação humana, mas será uma dádiva divina. O ser humano possui um ofício representativo com vistas à economia da história. Uma vez consumada a história, a vicariedade do ser humano desaparece, pois o domínio absoluto e permanente da história e da criação pertence a Deus.

Na literatura sapiencial, o trabalho, na sua diversidade de formas, é valorizado positivamente (Provérbios 31, 10-31; Eclesiástico 38, 25-34), enquanto que a preguiça é condenada (Provérbios 6, 6-11; 12, 24; 24, 30-34). O labor tem como fruto o sucesso enquanto que a preguiça conduz à pobreza. “A mão preguiçosa empobrece, o braço diligente enriquece” (Provérbios 10, 4). O que torna o ser humano rico é a bênção de Deus e não o seu trabalho (Provérbios 10, 22). “A expectativa geral de que o trabalho traz lucro nunca se realiza concretamente, sem a decisão da bênção de Deus” (Wolff, 1975, p. 178). Como o trabalho não pode alcançar nada sem a bênção de Deus, assim se torna vã a riqueza sem a prontidão para a obediência e a confiança em Deus: “No dia da ira, a riqueza será inútil, mas a justiça liberta da morte” (Provérbios 11, 4).

O Novo Testamento possui poucas referências sobre o trabalho humano (Marcos 6, 3; Mateus 13, 55; 1 Coríntios 4, 12; 2 Tessalonicenses 3, 6-15). Cristo com seu trabalho participa do suor humano. O trabalho de Jesus não é um hobby, mas uma necessidade. Ele trabalha para comer, movido pela mesma necessidade vital dos seres humanos. A ocupação de Jesus nos permite vislumbrar que sua irmandade com os seres humanos o levou a sentir as mesmas necessidades e privações com eles. Jesus através de seu trabalho ocupou uma

parte significativa de sua vida nesta terra e participou assim na obra da criação do mundo e do ser humano, realizada por ele com sua vida terrena. O trabalho de Cristo se insere no eterno e abre caminho para a transcendência de todo trabalho humano. Depois de Cristo, é possível introduzir na esfera do divino atos do ser humano (Sierra, 2002, p. 118-119).

A concepção segundo a qual o ser humano, através do trabalho participa da obra do próprio Deus, foi particularmente posta em relevo por Jesus Cristo. Muitas pessoas na cidade de Nazaré ficaram admiradas e exclamavam a respeito de Jesus: “Donde lhe vem tudo isto? E que sabedoria é esta que lhe foi dada? [...] Não é este o carpinteiro” (Marcos 6, 2-3). Jesus não só proclamava, mas sobretudo punha em prática com as obras o Evangelho que lhe tinha sido confiado como Palavra de Sabedoria eterna. Por esta razão, tratava-se verdadeiramente do evangelho do trabalho, pois aquele que o proclamava era ele próprio, homem do trabalho artesanal como José de Nazaré. E ainda que não encontremos nas suas palavras o preceito especial de trabalhar, no entanto, se percebe uma proibição de se preocupar de maneira excessiva com o trabalho e com os meios para viver (Mateus 6, 25-34). Jesus pertence ao mundo do trabalho e tem apreço e respeito pelo trabalho humano. Jesus encara com amor este trabalho, bem como as suas diversas expressões, vendo em cada uma delas uma linha particular da semelhança do ser humano com Deus. Não foi ele, porventura, que disse: “Meu Pai é o agricultor” (João 15, 1) transpondo de diversas maneiras para o seu ensino a verdade fundamental sobre o trabalho que já se encontra expressa em toda a tradição do Antigo Testamento, começando pelo livro do Gênesis? O próprio Jesus, nas parábolas sobre o Reino de Deus, refere-se constantemente ao trabalho humano: ao trabalho do pastor (João 10, 1-16), do agricultor (Marcos 12, 1-12), do médico (Lucas 4, 23), do sementeiro (Marcos 4, 1-9), do servo (Mateus 24, 45; Lucas 12, 42-48), do feitor (Lucas 16, 1-8), do pescador (Mateus 13, 47-50), do comerciante (Mateus 13, 45-46) e do operário (Mateus 20, 1-16). Jesus fala também das diversas atividades das mulheres (Mateus 13, 33; Lucas 15, 8-9). Apresenta o apostolado sob a imagem do trabalho braçal dos ceifeiros (Mateus 9, 37; João 4) ou dos pescadores (Mateus 4, 19).

O ensino de Cristo sobre o trabalho, baseado no exemplo da própria vida vivida durante os anos de Nazaré, encontra eco no ensino do apóstolo Paulo. Dedicando provavelmente à confecção de tendas (Atos dos Apóstolos 18, 3), Paulo sentia-se orgulhoso de trabalhar no seu ofício, graças ao qual podia ganhar por si mesmo o seu próprio pão de cada dia:

Nem recebemos de graça o pão que comemos; antes, no esforço e na fadiga, de noite e de dia, trabalhamos para não sermos pesados a nenhum de vós. Não porque não tivéssemos

direito a isso; mas foi para vos dar exemplo a ser imitado (2 Tessalonicenses 3, 8-9).

Paulo dá algumas instruções a respeito do trabalho que tem caráter de exortação e de preceito: “A estas pessoas ordenamos e exortamos, no Senhor Jesus Cristo que trabalhem na tranquilidade, para ganhar o pão com o próprio esforço” (2 Tessalonicenses 3, 12). Paulo, notando que alguns levam uma vida preguiçosa, em lugar de trabalharem, não hesita em dizer: “quem não quer trabalhar também não há de comer” (2 Tessalonicenses 3, 10). Em outra carta, o apóstolo estimula: “Em tudo o que fizerdes ponde a vossa alma, como para o Senhor e não para os homens, sabendo que o Senhor vos recompensará como a seus herdeiros” (Colossenses 3, 23-24).

3 A ATIVIDADE HUMANA NA CONSTITUIÇÃO PASTORAL *Gaudium et Spes* DO CONCÍLIO VATICANO II

O terceiro capítulo da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), dedicado à atividade humana no mundo, se inicia detectando um problema: servindo-se do progresso técnico-científico, o ser humano tem estendido seu “domínio sobre quase toda a natureza” (GS 33, 1). Isto tem possibilitado uma guinada na perspectiva da atividade humana a qual não tem sido utilizada apenas para prover os meios necessários para a subsistência, mas também para dilatar o domínio humano sobre a criação. Este apetite pela dimensão objetiva da atividade humana gera algumas indagações a respeito do sentido, do valor e do objetivo deste esforço imenso do ser humano (GS 33, 2). A Igreja não tem resposta para as questões delineadas, mas acredita que, iluminada pela revelação divina e com a colaboração de todos (GS 33, 2), pode contribuir para o esclarecimento do caminho empreendido pela humanidade.

Depois de colocar o problema, a Constituição anuncia que a atividade humana, “considerada em si mesma, corresponde ao plano de Deus” (GS 34, 1). Isto se aplica a todo labor humano, incluindo as atividades cotidianas. A atividade humana, desde as mais simples até mais complexas e elaboradas, possui uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva. O trabalho não se reduz ao seu aspecto material e financeiro, enquanto mão-de-obra vendida, mas possui um aspecto realizador e dignificante. O labor humano, independentemente do valor e do tipo, é uma cooperação com a criação de Deus. Através do trabalho, o ser humano prolonga a ação divina na criação: “os homens e as mulheres desenvolvem com seu trabalho a obra do Criador, ocupam-se dos interesses de seus irmãos e contribuem com sua ação pessoal para a execução do plano divino na história” (GS 34, 2).

Toda atividade humana, independentemente de sua magnitude, é uma cooperação com a obra da criação.

As atividades realizadas pelo esforço humano não são um obstáculo ao poder de Deus. O progresso da atividade cocriadora do ser humano não consiste num atentado à soberania de Deus, mas constitui um sinal da magnitude de Deus (GS 34, 3). Deus e o ser humano não são rivais, mas parceiros. O poder criador de Deus é o fundamento da atividade cocriadora do ser humano. As vitórias humanas são celebradas e brindadas por Deus. A realização e a conquista das obras humanas são uma forma de glorificar e reconhecer o poder criador de Deus. O ser humano não foi criado para ser um passivo contemplador da criação, mas para ativamente transformá-la, ajudando na construção da realidade. Disto conclui-se que: “a mensagem cristã não desvia os homens da construção do mundo nem os leva a negligenciar o bem de seus semelhantes, mas antes os obriga mais estritamente o dever de realizar tais coisas” (GS 34, 3). A esperança escatológica de participar da cidade celeste não desresponsabiliza o ser humano de construir a cidade terrestre. O fato de o ser humano ter um olhar orientado para além não o impede de edificar o aquí. O marxismo é responsável pela popularização do argumento segundo o qual “a religião, por sua natureza, é um obstáculo à libertação sócioeconômica, na medida que estimulando a esperança do homem numa quimérica vida futura, o afastaria da construção da cidade terrestre” (GS 20, 2). A fé não prega uma oposição entre cidade celeste e cidade terrestre, mas uma articulação e uma harmonia. O cristão é convocado a construir o céu na terra, a viver antecipadamente as realidades escatológicas na cidade terrena. O esperado para a vida futura já está sendo gestado no presente.

A atividade humana possui uma perspectiva personalista: “procede” e “se ordena ao homem” (GS 35, 1). O “resultado principal da ação do homem é o progresso do homem como homem precisamente no que o especifica e o diferencia da natureza; mudando sua relação com o mundo, o homem muda a si mesmo, se faz mais homem” (Alfaro, 2002, p. 205). Através do trabalho, o ser humano se torna um agente transformador de si mesmo, da sociedade e da criação. Mediante o trabalho, o ser humano dissemina seu domínio sobre a natureza e cresce humanamente. O trabalho proporciona uma transformação objetiva do mundo e subjetiva do ser humano. “Com efeito, o homem, quando trabalha, transforma não somente as coisas e a sociedade, mas se aperfeiçoa a si mesmo. Ele aprende muitas coisas, desenvolve suas faculdades, se supera e se realiza” (GS 35, 1). O labor é uma fonte dignificante e de aperfeiçoamento da pessoa humana. É *perfectio operis* e *perfectio operantis*. A autorrealização e a dignificação, proporcionadas pelo trabalho têm

um valor maior do que as riquezas externas as quais se podem ajuntar (GS 35, 1). O desenvolvimento da atividade humana proporciona para o ser humano uma riqueza subjetiva, moral e qualitativa que extrapola a dimensão material e financeira gerada pelo trabalho. “O homem vale mais pelo que é do que pelo que tem (GS 35, 1).

Há um primado da dimensão pessoal e ontológica sobre a material e funcional. “Tudo o que os homens podem fazer para alcançar maior justiça, mais ampla fraternidade e uma organização mais humana nas relações sociais ultrapassa o valor do progresso técnico” (GS 35, 1). Para a Constituição Pastoral, os valores antropológicos, sociais e morais conquistados pela atividade humana superam o progresso técnico. Esse número da Constituição se conclui cunhando a perspectiva antropológica da ação criadora de Deus: “esta é a norma da atividade humana, que, de acordo com o plano e a vontade de Deus, convenha ao bem autêntico da humanidade e permite ao homem, individual ou coletivamente, a realização de sua vocação integral” (GS 35, 2). A ordem ao bem integral do ser humano consiste num valor, porque implica uma fiel resposta a um chamado, a um convite dialogal, iniciado com a criação do ser humano.

A vocação é a manifestação do desígnio de Deus e da sua vontade. Assim, a norma, que em última análise julga o valor da atividade humana, é religiosa: é a missão dada por Deus ao homem de dominar o mundo para se tornar mais perfeitamente imagem de Deus (Flick, 1966, p. 606).

A Constituição Pastoral reafirma sua posição personalista, demonstrando que o fim da atividade humana é a pessoa. O trabalho não impõe ao ser humano uma norma exterior e heterogênea, mas manifesta sua dinamicidade, sua capacidade de autogestão e de autogênese. Mediatizar o ser humano em vista do progresso científico, do acúmulo financeiro ou de uma suposta libertação do homem genérico (como pleiteiam, respectivamente, o capitalismo e o socialismo) é um atentado à essência e ao reto sentido da ação humana. Fazer do ser humano meio e não fim é uma subversão dos valores e um atentado à autonomia humana (Ruiz de la Peña, 1988, p. 224).

Muitos contemporâneos veem com desconfiança a existência de uma íntima relação entre a atividade humana e a religião. É como se a religião e atividade humana não pudessem se afirmar mutuamente. Há um temor de que a religião possa ser um perigo e uma ameaça para a autonomia dos seres humanos, das sociedades e das ciências (GS 36, 1). A Constituição Pastoral faz dois apontamentos no que tange à autonomia das realidades terrestres. A Constituição, primeiramente, pontua uma reta compreensão da autonomia

temporal: “as coisas criadas” e “as sociedades gozam de leis e valores próprios” que estão em consonância com uma necessidade humana e com a “vontade do Criador” (GS 36, 2).

Se por autonomia das realidades terrenas entendemos que as coisas criadas e as sociedades têm leis e valores próprios, que o homem gradativamente deve descobrir, usar e ordenar, então se trata de uma exigência legítima, que não é somente postulada pelos homens, mas também está em conformidade com o desejo do criador (Sartori, 1995, p. 108).

A criação possui uma autonomia: “todas as coisas são dotadas de fundamento próprio, verdade, bondade, leis e ordens específicas” (GS 36, 2). As realidades terrestres não podem ser controladas por interesses religiosos, mas, quando guiadas por leis morais e por um reto procedimento científico, expressam o desígnio divino. Aquele que busca perscrutar as realidades terrestres em vista do desenvolvimento humano, ainda que não tenha consciência disto, é guiado pela mão de Deus (GS 36, 2). Deus e o mundo, o tempo e a eternidade, a criação e a salvação não são esferas oponentes, mas implicadas. A afirmação de uma esfera não significa a negação da outra. Ambas as esferas se afirmam mutuamente. A autonomia temporal se funda na vontade criadora divina.

O segundo apontamento é uma compreensão falaciosa da autonomia temporal. É como se a autonomia das realidades temporais devesse ser considerada, prescindindo de toda referência teológica e religiosa. Como se afirmação de Deus feriria a autonomia das realidades temporais. Quem pensa assim tem uma imagem equivocada de Deus que não coaduna com o Deus cristão, o qual não é um interventor na realidade, maculando a autonomia da criação. Aquele que admite Deus não pode concordar com um deletério postulado da independência ontológica da criação e do ser humano em relação a Deus. “Sem o Criador, a criatura esvai-se” (GS 36, 3). Sem o criador, a criatura e a criação estão destituídas de fundamento ontológico. Defender uma autossuficiência e independência ontológicas da criação em relação ao criador é negar ou obscurecer sua consistência teológica. O mundo não é absoluto, não tem consistência própria, nem é fruto de uma autoprodução, mas uma realidade relativa e dependente de Deus. O mundo não é uma emanção e nem um prolongamento de Deus, mas um espaço secular. Deus é o princípio e o fim, o criador e redentor do mundo. A consistência teológica do ser humano e do mundo não suprime a autonomia de ambos, mas lhes possibilita reconhecer que o seu fundamento é Deus. Não há uma incompatibilidade entre dependência e autonomia do ser humano e do mundo em relação a Deus, mas uma reciprocidade. Conclui-se que os dois apontamentos da Constituição Pastoral se complementam.

Depois de delinear as duas fases da resposta referente à autonomia temporal, a Constituição Pastoral situa, no contexto da história da salvação, a atividade humana no mundo (GS 37-39). A Escritura ensina que o progresso é um grande bem para o ser humano, mas quando corrompido pelo pecado, desconfigura a “hierarquia dos valores, misturando o bem com o mal” (GS 37, 1). O pecado subverte os valores, semeando o joio do egoísmo e da destruição no gênero humano. Quando a atividade humana é corrompida pelo pecado, o ser humano passa a buscar os próprios interesses de modo que o mundo já não se torna um lugar de verdadeira fraternidade (GS 37, 1). A mutação dos valores proporciona o desenvolvimento de uma mentalidade com uma forte ênfase acumulativa, lucrativa e competitiva da atividade humana. O trabalho se torna uma atividade que visa o enriquecimento e a produtividade, esquecendo-se de sua dimensão personalista que consiste no desenvolvimento integral do homem como homem. Assim, o progresso se torna portador de um caráter ambivalente: “pode ajudar a felicidade verdadeira dos homens” ou pode se transformar “em instrumento de pecado” (GS 37, 3). É a forma como o progresso será utilizado que determinará o caminho a seguir: felicidade ou destruição. Uma absolutização do progresso pode relativizar o ser humano, transformando-o em meio para atingir o fim do progresso. Assim, o ser humano seria reduzido à força de trabalho e à mão-de-obra que estaria a serviço do lucro. O progresso técnico tem que estar a serviço do progresso humano e não o sufocar ou dirimi-lo. Os bens finitos, “as coisas criadas por Deus” (GS 37, 4) devem ser utilizados, não para escravizar, coisificar e relativizar o ser humano, mas para aperfeiçoá-lo e realizá-lo. Quem desejar fazer do ser humano um instrumento a serviço do progresso técnico, deve ouvir a recomendação paulina: “Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus” (1Cor 3, 22-23). Deus é o fim último de toda realidade.

A atividade humana possui uma dimensão cristológica (GS 38). Cristo, mediador da criação, a assume e a recapitula em si mesmo. Como aquele que eleva a atividade humana à sua plenitude, Cristo “ensina que lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo, consiste na vivência do mandamento novo do amor” (GS 38, 1). O exercício do mandamento do amor provoca um processo de humanização e “instauração da fraternidade universal” (GS 38, 1). Somente o amor pode irmanar o mundo. O amor deve ser vivido e experimentado nas “ações retumbantes” e “nas circunstâncias ordinárias da vida” (GS 38, 1). A “família humana deve se esforçar para tornar mais humana a sua própria existência e submeter a terra inteira a este fim” (GS 38, 1). A prática do amor fraterno e gratuito, cujo *telos* é a humanização das relações, possui uma dimensão propedêutica: preparar a criação para participar do reino celeste. O reino temporal, na medida em que

experimenta uma evolução humanizante vive, antecipadamente, a participação no reino definitivo. O progresso humanizante não é fruto somente do esforço humano e nem de uma força imanente, mas também da ação divina e da graça transcendente. A família humana “renunciando ao amor próprio e assumindo todas as forças terrestres em benefício da vida humana, se estendem às realidades futuras, quando a própria humanidade se transformará em oferta agradável a Deus” (GS 38, 1).

A atividade humana está orientada escatologicamente (GS 39). Existe uma continuidade entre o mundo presente e o mundo futuro. Ambos não se confundem, mas se implicam: o primeiro progride escatologicamente rumo ao segundo. O mundo futuro não é o mundo presente eternizado, mas transformado qualitativamente. O mundo futuro, a nova criação, terá a mesma identidade ontológica do mundo presente, porém transfigurada e transformada. Há uma relação continuidade e de novidade entre o mundo presente e o mundo futuro. A esperança que alimenta o desejo do mundo futuro, da “nova terra”, não atenua nem esmorece o desejo e o impulso de edificar e aperfeiçoar o mundo presente (GS 39, 2). A esperança de uma nova terra não é um desejo alienante, mas edificante. O cristão deve conferir à atividade humana uma finalidade escatológica, como indicava o ordenamento bíblico do trabalho-descanso. No mundo presente, o avanço do progresso terreno não se identifica com expansão do reino de Deus. O progresso terreno é regido por uma dinâmica imanente e o aumento do reino de Deus por uma dinâmica transcendente. É preciso distinguir ambos progressos. No entanto, o progresso humano “é de grande interesse para o Reino de Deus, na medida em que pode contribuir para organizar a sociedade humana” (GS 39, 2). O progresso humano consiste no desenvolvimento da ciência, da técnica e no domínio dos recursos terrenos. “Estas atividades devem ser distinguidas do Reino de Deus, o qual é comunidade de fé, esperança e caridade; porém o progresso destes setores é de enorme importância para o Reino de Deus” (Smulders, 1967, p. 374). O progresso técnico, quando detentor de uma dimensão humanizante e construtiva, é de grande interesse teológico e contribui para a edificação do reino de Deus. A atividade humana e o reino de Deus são duas dimensões do único desígnio de Deus de modo que uma dimensão está relacionada com a outra. “A construção do Reino será alienação se não voltar-se para o trabalho; e o trabalho será inacabado se não voltar-se para a construção do Reino” (Roxo, 1979, p. 56). O reino de Deus não é uma realidade puramente escatológica, mas já está presente no reino terrestre. “O Reino já está presente em mistério aqui na terra. Chegando o Senhor, ele se consumará” (GS 39, 3). Por ocasião da parusia, Cristo elevará a consumação o reino de Deus que está latente no reino terrestre.

4 O SIGNIFICADO ANTROPOLÓGICO DO TRABALHO

O trabalho é uma forma de realizar a condição humana de imagem de Deus. Através do labor, o ser humano exerce um domínio sobre a matéria, realizando sua vocação de imagem de Deus. “O homem é um ser criado para criar” (Gesché, 1991, p. 171) e transformar a realidade. O labor humano está em colaboração e continuação com a ação divina. A ação humana, longe de ser um atentado contra a prerrogativa criadora de Deus, é prevista e querida por Deus como continuação de seu ato criador. O trabalho é o lugar privilegiado da mediação entre o ser humano e a natureza. O trabalho é uma forma de realização e certificação da mundanidade humana. A atividade humana possui quatro dimensões: natural, pessoal, social e configuradora do real.

4.1 A dimensão natural-biológica

O ser humano é constituído de uma condição inacabada desde o seu nascimento. Trata-se de um ser não-adaptado e medíocre biologicamente. Comparado com outros mamíferos, o ser humano possui uma série de carências: ausência de instintos e de um meio especializado. Pode-se dizer que, biologicamente, o ser humano é um animal inviável, cuja sobrevivência é um milagre. Contudo, a ação é uma forma de suprir os limites da condição humana. Como um ser de carências e necessidades, o ser humano tem que se fazer e se elaborar. “Que o trabalho é um modo privilegiado da presença do mundo, disso não se poderia duvidar. Que ele seja labor, obra ou ação é revelador da finitude humana” (Lacoste, 2004, p. 1741). O trabalho preenche a lacuna originária do ser humano e o especifica na criação. O ser humano é um ser de carências que necessita se completar pela mediação de sua *práxis* mundana. É capaz de transformar as carências, às quais encontra-se exposto, em necessidades vitais, a fim de se realizar enquanto pessoa e natureza (Ruiz de la Peña, 1988, p. 230-231).

Considerando a completude proporcionada pela ação, o ser humano produz um impacto na realidade ambiente, tomando posse dela e modificando-a em seu próprio proveito. O ser humano interfere no meio ambiente, transformando-o, modificando-o e adequando-o às suas necessidades. “O trabalho é o meio para transformar o entorno natural em um mundo artificial que esteja a serviço da satisfação das necessidades humanas” (Pannenberg, 1993, p. 525). Em razão de seu inacabamento orgânico e de sua não adaptação

biológica, o ser humano não consegue sobreviver em um ambiente puramente natural, em um meio não-transformado. Por sua ação, o ser humano transforma o ambiente natural, gerando cultura. A cultura é a natureza transformada. A cultura é, para o ser humano, sua segunda natureza. O ser humano é muito mais um produto cultural do que um ser de feitura natural. A cultura é imprescindível na formação da identidade e da personalidade do ser humano (Ruiz de la Peña, 1988, p. 231). É mediante o trabalho que a pessoa assume sua tarefa especificamente humana de transformar o mundo em cultura. Através do trabalho, o mundo natural vai sendo humanizado e o ser humano vai se fazendo mediante uma tarefa transformadora (Rubio, 2001, p. 401). Para o Vaticano II, “é próprio da pessoa humana não atingir a humanidade verdadeira e plena senão pela cultura. [...] Quando se trata da vida humana, a natureza e a cultura se entrelaçam de um modo muito íntimo” (GS 53, 1).

O trabalho é a atividade com a qual a pessoa intervém sobre a transformação da realidade para conformá-la ao seu projeto de autorrealização, em constante relação e diálogo com a coletividade humana. Enquanto tal, o trabalho é o processo mediante o qual a natureza é transformada em história porque é ligada à consciência e à liberdade do ser pessoal, que situando-se no devir, produz novas relações e modifica o mundo dos objetos (Forte, 1993, p. 313).

4.2 A dimensão pessoal

O trabalho é um modo do ser humano imprimir seu registro de imagem de Deus no mundo e de se realizar pessoalmente. Uma visão personalista do trabalho, cujo enfoque é sua dimensão subjetiva, pessoal, realizacional, refuta uma ótica funcional e economicista que visa reduzir o trabalho à sua dimensão material. O valor do trabalho humano não está no tipo de trabalho que se executa, mas no fato de ser realizado por uma pessoa. O trabalho é a condição de possibilidade da realização do ser humano como pessoa. É como pessoa que o ser humano é sujeito do trabalho. É como pessoa que ele trabalha e realiza diversas ações que fazem parte do processo do trabalho. A atividade do ser humano, independentemente do seu conteúdo objetivo, deve servir para a realização da sua humanidade e para o cumprimento da vocação do seu ser pessoa, que lhe é própria em razão da sua mesma humanidade. O primeiro fundamento do valor do trabalho é o ser humano, o seu sujeito. O trabalho é originariamente via de afirmação e de edificação do eu, por isso um componente indispensável da história da pessoa e da vida da comunidade. O ser humano está destinado e é chamado ao trabalho, contudo, é importante salientar: o trabalho “é” para o ser humano e não o ser humano “é” para o trabalho. Há um primado do significado subjetivo do trabalho sobre o seu significado objetivo. Os diversos trabalhos realizados pelos seres humanos

podem ter um maior ou menor valor objetivo, porém eles se medem sobretudo pelo padrão da dignidade do mesmo sujeito do trabalho, isto é, do ser humano que o executa (João Paulo II, 1990, p. 22-24). O ser humano se aperfeiçoa a si mesmo no trabalho. O ser humano é dignificado pelo trabalho. “No trabalho, o ser humano não só transforma a matéria que lhe é exterior, mas se desenvolve e transforma a si mesmo” (David, 1972, p. 218). O trabalho é um meio através do qual o ser humano se realiza como humano. Não é possível reduzir o trabalho à sua objetividade, porque o ser humano não é uma máquina produtiva, nem um executor de função, mas uma pessoa que busca se realizar na sua ação. “O trabalho é realizado adequadamente quando coincidem totalmente intenção subjetiva e finalidade objetiva” (Fiorenza, 1980, p. 100). A dimensão pessoal da atividade humana deve se sobrepôr à sua excessiva lucratividade. Dentro de sua visão materialista e economicista, o trabalho consiste na mão-de-obra, numa mercadoria, que o trabalhador vende ao empregador. Essa visão trata de forma secundária uma percepção pessoal, humanista e subjetiva do trabalho. Para a visão materialista do trabalho, o ser humano é visto como um instrumento a serviço da produção, ignorando que ele, por si mesmo, independentemente do trabalho que realiza, deve ser tratado como sujeito que é dignificado pelo trabalho. O ser humano não pode ser tratado, da mesma maneira que todo o conjunto dos meios materiais de produção, como um instrumento e não segundo a verdadeira dignidade do seu trabalho, ou seja, como sujeito e autor e, por isso, como verdadeira finalidade de todo processo de produção (João Paulo II, 1990, p. 25-27).

O trabalho é fonte de humanização do ser humano, mas é nas relações de trabalho em que se concentram as maiores injustiças e degradação da pessoa humana. Mesmo no mundo rico e altamente tecnológico e industrializado, o trabalho frequentemente mais despersonaliza do que humaniza. Especialmente desumanizante é a situação de milhões de seres humanos que vivem os países subdesenvolvidos e são obrigados a vender o seu trabalho em troca de um salário insuficiente para suprir as necessidades mais elementares da vida humana (alimentação, saúde, moradia, vestuário etc.). Como se tratar suprir as necessidades básicas para a sobrevivência humana, o trabalhador não pode deixar de vender o seu trabalho sofrendo como consequência uma exploração que clama ao céu (Rubio, 2001, p. 402).

Geralmente, as pessoas escolhem um trabalho em razão do salário a ser pago. Rejeitar um trabalho bem remunerado porque ele não proporciona uma realização pessoal é algo escandaloso para a mentalidade consumista de nossa cultura dominante. A mentalidade capitalista não considera a dimensão moral e pessoal do trabalho, mas apenas seu valor

material. A escolha de um trabalho ou de uma profissão, pautando-se por critérios exclusivamente lucrativos é a raiz do sentimento de profunda insatisfação de muitas pessoas atualmente. As consequências de um olhar puramente material e objetivista para o trabalho são, dentre outras, a perda de profissionalismo, a baixa produtividade, a ausência de motivação, a sensação de desgosto, a ausência de orgulho pela tarefa bem feita. A valorização do *ter* em detrimento do *ser* é um passo inicial em direção à insatisfação, à não realização pessoal e à frustração psicológica. Assim, a atividade humana se desemboca numa realidade alienante e não realizacional. O trabalho ideal não é aquele cujo salário é alto, mas o que dignifica e realiza o trabalhador (Ruiz de la Peña, 1988, p. 231-232).

Em um momento em que o desemprego torna dramática a condição de vida de muitos homens e mulheres, pode parecer sarcástica a proposta de eleição de um trabalho que proporciona uma realização pessoal. Infelizmente, as pessoas desempregadas não se dão ao luxo de eleger um trabalho que lhes proporcione uma realização pessoal, mas elas se dão por satisfeitas com qualquer trabalho. O desemprego afeta a dignidade e a autoestima da pessoa. Diante do desemprego e de uma consequente situação de privação e de carência em casa, a pessoa se satisfaz com o primeiro emprego que conseguir. Embora esta situação ocorra, nem por isso se deve deixar de denunciar que a ideia de trabalho esteja associada à ideia de um salário. Como se um bom trabalho fosse um trabalho bem pago ou que um trabalho não renumerado não é um verdadeiro trabalho. O trabalho não pode ser visto em função exclusiva de sua remuneração.

Existe alguma atividade na qual se manifesta em que consiste o modelo ideal do trabalho? A criação artística constitui o sentido ideal do trabalho. Na criação artística ocorre um agir gratuito e gratificante que encontra sua compensação no gozo da obra bem feita; ocorre um exercício de poder do ser humano sobre a matéria que a enobrece, imprimindo nela os traços do espírito humano. A atividade artística não denota carência, mas plenitude comunicativa (um fazer que é descansar e um descansar que é fazer) que espiritualiza a matéria e humaniza o mundo. O artista não mantém com o mundo material uma relação utilitária, determinada pela necessidade ou pela carência, mas uma relação criadora ditada por uma plenitude que tende a expressar-se e difundir-se. Assume-se uma atitude respeitosa para com a matéria de reconhecimento de sua dignidade e de refuto de sua utilização puramente técnica. A atividade técnico-científica, quando usada em conformidade com a verdade, com o bem e com o progresso humano, possui algo de semelhante com a criação artística. A ciência e a técnica se ordenam mutuamente e, quando a serviço da pessoa humana, possuem o mesmo teor criativo que a arte. Um pesquisador compartilha com o

artista a paixão pelo trabalho que tem entre as mãos. Quando o pesquisador e o artista alcançam a realização pessoal e profissional atingem a verdadeira finalidade de suas atividades. Todavia, não é necessário que toda pessoa seja um artista ou um cientista para conferir criatividade, expressividade, dignidade, realização, em sua atividade, mas faz-se mister que o trabalho tenha um componente artístico, seguindo a necessidade humana de criar e criar-se a si mesmo (Ruiz de la Peña, 1988, p. 233-234).

4.3 A dimensão social

Além da articulação homem-natureza, vigente na dimensão pessoal, o trabalho também prima pela relação indivíduo-sociedade. Considerando que o ser humano é um ser pessoal e social, logo, sua atividade tem que causar repercussão na sua personalidade e na sua sociabilidade. O trabalho cria comunidade: o labor é colaboração. Trata-se de uma atividade feita em conjunto e cooperação. “O ser humano não só trabalha para os outros, mas também com os outros. A comunidade de trabalho é uma nova forma e uma nova experiência da sociabilidade. Desenvolvem-se ordem, coordenação e subordinação” (David, 1972, p. 218). O trabalho é uma experiência de construção coletiva e comunitária. No trabalho, se exercita a reciprocidade e o desejo que o produto gerado contribua para a construção e a edificação da sociedade. “O trabalho é, portanto, uma tarefa, um ofício e serviço obrigatório que os indivíduos executam uns para os outros e para a comunidade” (Fiorenza, 1980, p. 100). Ainda que o trabalhador tenha uma intenção egoísta, a finalidade objetiva do trabalho ordena-se à comunidade. O ambiente de trabalho deve ser um espaço de interatividade e de cooperação e não um cenário de rivalidade e competitividade. Num ambiente competitivo do trabalho, o outro passa a ser visto não como um companheiro, mas um adversário. O ambiente que deveria ser de convivência e de comunhão se torna arena de disputa e competição. É mister contrapor a esta tendência em ascensão, influenciada pelo capitalismo e pelo consumismo, o resgate a dimensão comunitária, realizadora e moral do trabalho. A atividade humana deve estar orientada para a solidariedade, a fraternidade e o bem-estar de todos. Deve-se evitar que a competitividade das transações econômicas se transfira para o ambiente de trabalho, contaminando os trabalhadores. É preciso refutar uma capitalização das realizações interpessoais.

A perda do sentido social do trabalho ocorre com o desemprego. Uma sociedade que não é capaz de assegurar para todos os seus membros o direito a uma ocupação digna é uma sociedade politicamente injusta visto que, na realidade, reproduz os velhos modelos de

dominação e de escravidão. Uma sociedade democrática e justa deve zelar para que os seus membros tenham acesso às oportunidades de trabalho. O desemprego é uma injustiça social e desmoralização pessoal. “A realidade dramática do desemprego e a crescente precariedade do emprego denunciam um déficit de solidariedade e moralidade comunitária” (Ruiz de la Peña, 1995, p. 211). O desemprego gera uma situação de excomunhão, na qual o desempregado, além de não ter seu trabalho, mantém-se excluído de seus canais de comunicação com o tecido social. O desempregado se sente excluído da colaboração numa atividade humana que o realiza pessoalmente e garante o sustento de sua família. Também não participa da produção bens sociais, culturais e econômicos. As consequências, para o desempregado, são a desintegração de sua personalidade, a perda da autoestima e a sensação de marginalidade. Ainda que o Estado possa garantir o mínimo das necessidades vitais (comida, vestuário e moradia), no entanto, estes subsídios não impedem que o desempregado experimente a sensação de vazio, insegurança e inutilidade. O desemprego desintegra e desestabiliza a sociedade, propiciando o crescimento da violência, da marginalidade, dentre os outros problemas.

A segunda metade do século XX assistiu à mecanização do trabalho no campo e o êxodo rural. Muitas pessoas desempregadas migraram do campo para a cidade, em muitos casos, formando uma massa de desempregados. Muitos egressos do campo não eram acolhidos nos centros urbanos e passavam a habitar os arredores das cidades. A mecanização do trabalho e a consequente migração para os centros urbanos causou um inchaço populacional, gerando um impacto, dentre outros, no sistema de saúde e de educação. A mecanização do trabalho também atingiu as cidades também gerando desemprego. O desemprego gera uma situação social marcada pela instabilidade e pela fragmentação. Um tecido social fragmentado pelo desemprego pode tornar um cenário favorável para o surgimento de um messianismo social e político. O desemprego pode criar um ambiente propício para a violência, a insatisfação e a insegurança. Atualmente assiste-se uma virtualização do trabalho. O surgimento da internet proporcionou uma digitalização do trabalho. Em muitas situações, as pessoas trabalham em casa de forma virtual. O mundo virtual possibilitou também o surgimento de novos tipos de trabalho. Houve o desaparecimento de algumas formas de trabalho e o surgimento de novos tipos.

Não é função da fé cristã elaborar um plano socioeconômico para resolver ou minimizar a problemática do desemprego, mas denunciar o egoísmo dos indivíduos, dos grupos, dos estados mais favorecidos, que é o fator desencadeante de crise, e defender que a cultura dos interesses seja substituída pela cultura da solidariedade. A fé cristã defende uma

cultura da cooperatividade e da solidariedade frente à cultura da acumulação e à lucratividade do capitalismo. Destarte, se apregoará um retorno aos propósitos originais do trabalho nos âmbitos pessoal e social. O trabalho deve ser fonte de realização e não de frustração; de coesão e não de desagregamento entre as pessoas. O “trabalho une as vontades, aproxima os espíritos e funde os corações” propiciando aos homens descobrirem “que são irmãos” (Paulo VI, 1990, p. 25).

4.4 A dimensão configuradora do mundo

Esta dimensão descortina, de forma mais nítida, a criatividade humana e sua capacidade de construir a realidade. O ser humano é capaz de interagir com a realidade, configurando-a às suas necessidades. Essa capacidade é possível de se realizar porque o ser humano é um ser mundano que transcende sua mundanidade e um ser pessoal que transcende sua natureza. O ser humano é mais que o mundo e a pessoa é mais que sua natureza. A superioridade humana, frente ao mundano, não habilita o ser humano a nutrir uma relação tirânica e agressiva com o mundo, mas é preciso humanizá-lo. “O trabalho transforma o mundo e pela transformação do mundo transforma o próprio homem” (Comblin, 1990, p. 180). O ser humano não é um mero pastor e nem um conservador do mundo, mas é um *homo faber* que promove e dirige a realidade rumo à sua consumação escatológica. O mundo não é uma presa do ser humano, mas o espaço do exercício de sua criatividade, a manjedoura que o acolhe desde o seu nascimento (Ruiz de la Peña, 1988, p. 236). O ser humano com o trabalho transforma e modela o mundo, segundo suas necessidades. Aqui, trata-se da dimensão objetiva do trabalho. Através da técnica, o ser humano desvela a natureza e a rege segundo a direção dada pela razão humana. O trabalho, assim, implica um processo de racionalização e de revelação da verdade do mundo. Consiste num processo de humanização da natureza (Nicolás, 1972, p. 70). Através do trabalho, o ser humano amplia seu domínio sobre a matéria. Esse domínio está relacionado com a condição de imagem e semelhança de Deus, por parte do ser humano. O mundo material não é só dominado pelo trabalho, mas elevado em sua categoria, sendo penetrado pelo espírito e humanizado (David, 1972, p. 218).

5 MEDITAÇÕES CONCLUSIVAS

O trabalho não pode ser concebido simplesmente como uma atividade braçal. Não se trata de uma atividade simplesmente exercida pelo corpo físico. Historicamente, o corpo era o veículo produtor do trabalho. O corpo se submeteu a duros trabalhos. Era preciso ter vigor físico para trabalhar. Com a mecanização do trabalho, o ser humano se tornou um operador de máquinas. O trabalho, antes operado pelo corpo, passou a ser realizado pela máquina. Se no mundo do trabalho braçal o ser humano estava no centro, doravante, com a mecanização, ele migrou para a periferia, sendo um operador de máquinas inteligentes. O ser humano se tornou um operador de botões e um executor de comandos. Na era da digitalização do trabalho, o ser humano é um operador da inteligência artificial, do mundo da automação e da robótica. Na digitalização do trabalho, ferramentas tecnológicas contribuem para a realização das atividades cotidianas e técnicas.

Independentemente do surgimento de novos tipos de trabalho, ele sempre será um exercício da criatividade humana. O trabalho continua sendo uma atividade geradora de dignidade, de valor e de satisfação para o ser humano. Independentemente do tipo (desde os trabalhos mais simples até os mais complexos) e da forma (braçal, mecanizado, digital), o trabalho é uma fonte de realização. O trabalho é uma fonte produtora de sentido. Ele humaniza e personaliza do ser humano. É uma forma de uma humanização e de colaboração na construção da sociedade. Através do trabalho humano, a sociedade evolui, se transforma e se edifica. Pelo trabalho, o ser humano se aperfeiçoa e aperfeiçoa a sociedade. O trabalho é uma fonte geradora de conhecimento, de técnica, de produtos e de serviços. É uma fonte causadora da emancipação da sociedade, do desenvolvimento de habilidades e da formação da personalidade.

O trabalho, independentemente, de seu tipo e de sua forma, ao longo da evolução da sociedade, ele sempre será, teologicamente, um prolongamento da ação de Deus. A ação de Deus, na criação do mundo, não foi uma atividade conclusiva e nem representou um ponto final na feitura da realidade. Deus cria, mas deixa espaço para a ação humana. Toda ação humana, que possibilita a transformação e a emancipação do ser humano, da sociedade e do mundo, conta com um dedo de Deus. O ser humano é inspirado por Deus nas suas conquistas, nas descobertas e no desenvolvimento de habilidades. Deus é o inspirador do ser humano nas ações que promovem o bem-estar pessoal, social e cósmico. A ação de Deus está latente e consiste numa fonte impulsionadora da atividade humana. Deus criou o

mundo com muitas potencialidades que pudessem ser descobertas e desenvolvidas pelo ser humano. Deus também se realiza através do desenvolvimento da atividade humana.

REFERÊNCIAS

ALFARO, Juan. **De la cuestión del hombre a la cuestión de Dios**. Salamanca: Sígueme, 2002.

AUER, Johann. **El mundo, creación de Dios**. Barcelona: Herder, 1979.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1985.

COMBLIN, José. **Antropologia cristã**. Petrópolis: Vozes, 1990.

DAVID, Jakob. A força criadora do homem: teologia do trabalho e da técnica. In: FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus (ed.). **Mysterium Salutis**. Petrópolis: Vozes, 1972, v. II/3, p. 212-227.

FIORENZA, Francis Schüssler. Crenças religiosas e práxis. Reflexões sobre concepções do trabalho na teologia católica. **Concilium**, v. 151, n. 1, p. 98-109, 1980.

FLICK, Maurizio. L'attività umana nell'universo. In: **La costituzione pastorale sulla chiesa nel mondo contemporaneo**. Torino: Elle Di Ci, 1966, p. 581-631.

FORTE, Bruno. **L'eternità nel tempo. Saggio di antropologia ed etica sacramentale**. Cinisello Balsamo: San Paolo, 1993.

GESCHÉ, Adolphe. L'homme crée créateur. **Revue théologique de Louvain**. v.22, p. 153-184, 1991.

JOÃO PAULO II, Papa. **Laborem exercens**. São Paulo: Paulinas, 1990.

LACOSTE, Jean Yves. Trabalho. In: LACOSTE, Jean Yves (dir.). **Dicionário Crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas-Loyola, 2004, p. 1737-1742.

MOLTMANN, Jürgen. **Deus na criação. Doutrina ecológica da criação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

NICOLÁS, Adolfo de. **Teología del progreso. Génesis y desarrollo en los teólogos católicos contemporáneos**. Salamanca: Sígueme, 1972.

PANNENBERG, Wolfhart. **Antropologia en perspectiva teologica**. Salamanca: Sígueme, 1993.

PAULO VI, Papa. **Populorum progressio**. São Paulo: Paulinas, 1990.

ROXO, Roberto Mascarenhas. Trabalho e teologia. *In*: SANTOS, Beni dos *et alli*. **Trabalho e teologia**. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 51-68.

RUBIO, Alfonso García. **Unidade na pluralidade. O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs**. São Paulo: Paulus, 2001.

RUIZ DE LA PEÑA, Juan Luis. **ImaGênesis de Dios**. Santander: Sal Terrae, 1988.

RUIZ DE LA PEÑA, Juan Luis. **Crisis y apología de la fé. Evangelio y nuevo milenio**. Santander: Sal Terrae, 1995.

SARTORI, Luigi. **La chiesa nel mondo contemporaneo. Introduzione alla “Gaudium et Spes”**. Padova: Messaggero di S. Antonio, 1995.

SIERRA, Alejandro Martínez. **Antropología teológica fundamental**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002.

SMULDERS, Peter. La actividad humana en el mundo. *In*: BARAUNA, Guilherme (dir.). **La Iglesia en el mundo de hoy**. Madrid: Studium, 1967, p. 351-377.

WESTERMANN, Claus. Trabalho e atividade cultural na Bíblia. **Concilium**, v. 151, n. 1, p. 85-97, 1980.

WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1975.

Conflito de interesses: *O autor declara não haver conflitos de interesses.*

Recebido em: 30-09-2024

Aprovado em: 29-12-2025

Editor de seção: Flávio Senra